A common law em inglês: contratos, tribunais e serviços jurídicos

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um centro financeiro vende promessas. Um contrato de empréstimo, um título de dívida, um contrato de derivativos, um instrumento de trust e um acordo de acionistas são compromissos escritos cujo valor depende do direito que os rege e dos tribunais que os farão cumprir. Quando um banco de Jacarta empresta a um tomador da Cidade de Ho Chi Minh por meio de um sindicato estruturado em Singapura, as partes precisam decidir qual direito interpretará seu contrato e onde um litígio será julgado. Sua resposta, com mais frequência do que no passado, é o direito de Singapura e um foro em Singapura. Este capítulo examina como um sistema jurídico recebido da Inglaterra se tornou um produto que Singapura oferece à região e como uma profissão de advogados locais e estrangeiros cresceu em torno dele.

Os dois capítulos anteriores desta parte trataram o inglês e o mandarim como línguas de trabalho do centro financeiro. O direito é uma língua em si. A common law é a linguagem jurídica que Singapura compartilha com Londres, Nova York, Sydney, Mumbai e Hong Kong. O volume paralelo sobre Genebra descreve o francês como parte da infraestrutura do centro financeiro de Genebra e o direito suíço como

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

um direito civil codificado, expresso em três línguas nacionais e escolhido em contratos internacionais por sua neutralidade.[1] As duas cidades oferecem, portanto, a seus clientes dois produtos jurídicos diferentes. Compará-los mostra o que cada centro vende quando vende segurança jurídica.

O capítulo começa com a recepção do direito inglês e com as etapas pelas quais Singapura fez da common law um direito seu. Em seguida, explica por que as partes escolhem o direito de Singapura para reger seus contratos e como essa escolha se reflete nas estatísticas da arbitragem. Uma terceira seção descreve a profissão jurídica, sua formação e a abertura do mercado aos escritórios de advocacia estrangeiros. Uma quarta acompanha o setor de serviços jurídicos como indústria de exportação a serviço do Sudeste Asiático, da China e da Índia. A quinta seção compara o direito de Singapura com o direito suíço como opções de lei aplicável e termina com uma lista de verificação para profissionais, antes que uma seção final coloque Singapura ao lado de Genebra, Hong Kong e Dubai.

O essencial

Singapura recebeu o direito inglês por meio da Second Charter of Justice de 1826 e da Civil Law Ordinance de 1878 e depois fixou a herança inglesa no Application of English Law Act 1993, que fez das leis inglesas parte do direito de Singapura apenas quando nele listadas. Os recursos ao Privy Council terminaram com efeitos a partir de 8 de abril de 1994. Em seguida, a Court of Appeal declarou, em um Practice Statement de 11 de julho de 1994, que poderia se afastar de decisões anteriores para desenvolver o direito em conformidade com as circunstâncias de Singapura. O direito de Singapura regeu 64,6% dos casos apresentados ao Singapore International Arbitration Centre em 2023 e 52,1% em 2025, à frente do direito inglês. Uma profissão unificada de cerca de 6.500 advogados em exercício atua ao lado de escritórios de advocacia estrangeiros, nove dos quais detêm licenças de Qualifying Foreign Law Practice que lhes permitem praticar o direito comercial de Singapura. Os serviços jurídicos geraram um valor agregado nominal de S$ 2,98 bilhões em 2023, com exportações de S$ 1,40 bilhão.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie J, chapitre I (« La langue française comme infrastructure »), sections « Le français, langue du droit et des affaires » e « Le français et le droit fédéral : trois versions authentiques »; partie F, chapitre III (« Genève, place de droit »), section « Le droit suisse de l'arbitrage international », sobre a neutralidade que as partes estrangeiras valorizam no direito suíço. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com